

*ANTÓNIO MANUEL HESPANHA*  
*JOÃO FORMOSINHO SANCHES*

# Textos de História do Direito Português

Exemplos textuais dados ao  
Curso de História do Direito Por-  
tuguês no ano de 1971-72.

COIMBRA  
1972

Parece indispensável fazer acompanhar o estudo da história do direito duma contínua referência às fontes; e isto por razões, quer metodológicas, quer pedagógicas.

Do ponto de vista das primeiras, só este permanente apoio textual garante suficientemente a objectividade da narrativa histórica e, por outro lado, só assim se evita a utilização de "leituras" dos textos que, independentemente da seriedade com que são feitas, podem estar demasiado marcadas pelos pressupostos teóricos ou históricos então vigentes.

Do ponto de vista das segundas, parece que o estudo da história ganha mais vivacidade quando se consegue esmalar uma descrição abstracta com exemplificações textuais. E, para além disso, o recurso às fontes torna-se num convite implícito para um trabalho de activa problematização do "saber histórico feito" por parte dos alunos; estes poderão, com base nelas, e guiando-se por algumas directivas teóricas fornecidas pelo professor, ir construindo, ao longo do ano, o próprio curso.

Como não parece praticável, nas actuais circunstâncias,

exigir dos alunos - principalmente dos voluntários - a leitura dos textos nos locais onde originalmente foram publicados, pensou-se que a organização duma colectânea (sem pretensões e bastante provisória) seria o modo para já mais adequado de levar a cabo a ideia antes exposta.

A arrumação dos textos foi feita segundo rubricas gerais, correspondentes aos principais temas do programa adoptado. Mas, dum modo geral, procurou não se ofender grandemente a ordem cronológica, pelo que, nalguns casos, se preferiu sacrificar a divisão temática.

Para facilitar a sua leitura e entendimento, os textos latinos são traduzidos e os textos portugueses são, por vezes, ligeiramente adaptados, no que diz respeito a grafia.

Os cortes de passos menos significativos são sempre assinalados.

Direito próprio e direito comum

Os textos seguintes documentam evolução das relações entre o direito próprio (ou nacional) e o direito comum (ou imperial, ou romano) no quadro das fontes do direito português da Idade Média. Outros textos, incluídos na secção seguinte ("A codificação do direito"), serão igualmente interessantes, sob este ponto de vista, sendo essa a razão da sua inclusão nesta colectânea (v. II, 2.2., 2.3, 2.4 e 2.5); todavia, para não os desligar do monumento legislativo de que fazem parte (as Ordenações Afonsinas) são transcritos fora do seu lugar temático.

1. Liber Iudicum, II, 1, 10 (traduzido do latim)

"Flavius Gloriosus Recesvindus Rex. Das leis de outros povos estranhos. Permitimos e aceitamos que sejam conhecidas as leis de outros povos para aproveitar a sua utilidade, mas rejeitamos e proibimos que se empreguem na discussão dos pleitos (negotiorum). Pois, ainda que sejam superiores pela sua linguagem, também apresentam dificuldades



des. Por isso, como seja suficiente para a plenitude da justiça a investigação das razões e a devida ordem das palavras que, como se sabe, estão contidas no conjunto (de leis) deste código, não queremos admitir nunca mais as leis dos romanos ou as instituições estranhas."

FONTE: Esempj Testuali, ed. BRUNO PARADISI (Napoli, 1956), pág. 562.

## 2. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.

"E o suso dito dom Soeiro Mendes o boo chamaramno assi porque era homem de grandes feitos, e porque tirou o feu de Espanha que auiam d'auer os rromãaos por esta guisa: el foy em rromaria a Roma e ouuo dizer que estava hi hum caualleiro que lidaua per estes feus com aquelles daquela terra que os queria liurar, e lidou com elle e vengeo, e des aquelle tempo foy liure a Espanha de feu."

FONTE: P. M. H., Scriptores, I, 277.

## Siete Partidas de Afonso X, o Sábio

### Partida I, Lei XI

"Quien ha poder de facer las leyes.

Emperador ó rey puede facer leyes sobre las gentes de sus señorios, et otro ninguno non ha poder de las facer en lo temporal, fueres ende si las faciese con otorgamiento

dellos. Et las que de otra manera son fechas non han nombre nin fuerza de leyes, nin deben valer en ningunt tiempo."

### Ley XIII

"Como deben entender las leyes.

Entender se deben las leyes bien et derechamente parando siempre mientes en el verdadero entendimiento della a la mas sana parte et mas provechosa segunt las palabras et la razom que hi fueram puestas. Et por esta razom non se deben escribir por abreviamento de escriptura, nin por razones menguadas por que los homes cajan en yerro, entendiendolo en una manera segunt la letra, seyendo de otra segunt razom. Ca saber las leyes non es tam solamente en aprender e decorar las letras dellas, mas en saber el su verdadero entendimiento."

### Ley XIV

"Quién puede espaladonar las leyes et facer que las entiendam quando hubiere dubda.

Dubdosas seyendo las leyes por yerro de escriptura ó por mal entendimiento del que las leye, por que hubiese

por aquel que las fizo, ó por otro que sea en su lugar que haya poder de las facer de nuevo, et guardar aquellas fechas."

### Partida II, Ley III

"Qué poder ha el emperador, et como debe usar del imperio.

El poderio que ha el emperador es en dos maneras, la una de derecho, et la otra de fecho; et aquel que ha segund derecho es este, que puede facer ley et fuero nuevo et mudar el antiguo, si entendiere que es á procumunal de su gente; et otrosi quando fuese escuro ha poder de lo esclarezcer; e puede otrosi toller la costumbre quando entendiere que era dañosa, e facer otra nueva que fuere buena. Et aun ha poderio de facer justicia et escarmiento en todas las tierras del imperio quando los homens ficiessen porqué ...".

### Ley VIII

"Quel es el poderio del rey, et como debe usar dél.

Sabida cosa es que todos aquellos poderes que desuso deximos que los emperadores han et deben haber en las gentes de su imperio, que esos mismos han los reyes en las de sus regnos, et mayores; ca ellos non tam solamente son se-

ñores de sus tierras mientras viven, mas aun á sus finamien-  
tos las pueden dexar a sus herderos, porque han el señorio  
por hereditat, lo que non pueden facer os emperadores que  
lo ganam por eleccïon, assi como desuso deximos."

FONTE: Las Siete Partidas del Rey Alfonso el Sabio (Ma-  
drid 1807).

#### 4. Lei de D. Afonso III.

"Costume he en casa delRey que aquela Constituçom do  
Codigo que diz "unde vy siquys in tantum" non seia aguar-  
dada."

FONTE: P. M. H., Leges et Consuetudines, I, 328.

#### 5. Carta régia de D. Pedro I ao conservador da Universida- de (1361).

"Dom Pedro pela gracia De deus Rej de portugal e Do  
alguarue a vos góçallo anes conseruador da Vniuerssidade do  
meu studo de cojmbra saude. sabede que os Rectores e Docto-  
res mestres bachares e scolares desse meu stude me enviarom  
Dezer como ha grandes tempos que os conseruadores desse stu-  
do de cojmbra e de lixboa costumarom conhecer e julgar os  
feitos Dantre os estudantes do dito studo e as outras pes-  
soas dos meus Regnos E que ora alguõs dizem que nó deve-  
des asi de conhecer porque nõ auedes per cartas ou preuיל-

legios Dados per m̃j nem por os Reis que ante m̃jm foram tam  
 conpridamente declarado a uossa Jurdicam sobre ello. Envia  
 rom me pidir por merçee que os mandasse asi liurar a uos e  
 aos outros conseruadores que despos vos ffosem como se per  
 longuos tempos husou. E eu vendo o que me pediam querendo  
 lhes fazer graça e merçee tenho por bem e mando uos que co  
 mo fordes certo que os outros conseruadores que ante uos  
 forũ conheçerom dos ditos feitos em tempo del Rej dõ afon-  
 so meu padre a que deus perdcce e no meu atee o tẽpo de ora  
 que asi conheçades uos e os outros conseruadores que des-  
 pos uos forem deles E os liuredes presentes partes com de  
 rejto de gujsa que esses escollares que continuadamente  
 steuerem em esse studo ajam sseus feitos liurados sem ou-  
 tra delonga e malicia e sem dapno das partes de guisa que  
 nõ ache eu hij al despois. Outrosy me enviarom dezer que  
 quando acõtence que elles allegam em alguũs ffeitos peran-  
 te vos sseus Derejtos per sseus liuros que lhes nõ quere-  
 des delles conheçer saluo se uos mostrarẽ esses Derejtos em  
 liuros de partida. Sobresto tenho por bem e mando uos que  
 quamdo uos elles alguus Derejtos per sseus liuros nos di-  
 tos feitos mostrarẽ que lhos aguardedes auẽdo ante conse-  
 lho cõ leterados que dello saibham de guisa que as partes  
 nõ regebam agrauamento sem rezam honde al nõ façades. Dan-  
 te em moura. treze dias de abril. El rej o mãdou. per lou-

renço steuêz seu vassallo. frauste anes a fez era de mjl e trezentos e nouêta noue anos laurêtius vidit.

FONTE: Livro Verde da Universidade de Coimbra, ed. por ROCHA MADAHIL (Coimbra 1940) 53/4.

6. Carta de D. João I ao concelho de Lisboa (1426).

"Coregedor e conçelho e homẽs bõos do nossa muy nobre leall çidade de Lixboa. Bem sabẽes o tratado que nos toma-  
mos per que os feitos de nossos Reignos fossem desembarga-  
dos por huy termo soo O qual foy autorizado pella forçada  
leix do codigo, e decraradas e autorizadas pellas enten-  
ções finaaes das grossas de sua final entêçom dacursio que  
sobrello escrepveo, ora fosse per hũa grossa ou per duas ou  
per tres ou mais segundo he escripto, nos liuños. E esto  
quissemos que as conclussoes de bartallo, que de sobellas  
leix do codigo ffez, que estas sejam autêticadas, Ca esta  
he nossa Vontade, de os feitos nom seerem desembargados se  
nõ per hũa entêçom e openyõ, segundo ja he escripto. E por  
que estas leyx e estas grossas e Leitura de bartallo a no  
nom parecia que per elas ouuessem de Senteçiar, porque os  
tralados de tirar de latim em linguagem nom som tam craros,  
que os homês que muyto nõ sabem os podessem bem entender,  
por esto nos trabalhamos de fazer hũa decraração em cadhũa  
ley e na grossa e no bartallo que de sobrello he escripto

pella qual mandamos aos nossos desembargadores que per aquella decraraçom façam liurar os feitos e dar as Sentenças agora per os feitos que perdante elles correrẽ que caibham nas leix e titulos, que em esses dous liuros que uos lla mandamos som contheudos. E ainda mais por que nos possemos em algũas leix que nos pareciam que eram muyto raras que estauam bem. Assi o Julgaee pella guissa que he escripto posto que em ellas nom seja outra decraração segundo mais compridamente verees per o pruemyo destes dous liuros que uos agora mandamos. E vos poee estes liuros na Camara desse Concelho presos per hũa cadea bem grande e longa. E nom os leixees veer a ninguem salvo aaquelles que feitos ouuerem ou a seus procuradores ou sse temerem dauar algũus feitos. E esto seja presomte o escripnam da dita camara. Ende al nõ façades. Dante em aaluerca XVIII<sup>o</sup> dias dabrill Lopafonso a fez. ano de 1426"

FONTE: Livro dos Pregos, fls. 216 vº; transcrita por GAMA BARROS, História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV (ed. revista por T. SOUSA SOARES, (Lisboa 1945) I, 123).

#### BIBLIOGRAFIA PARA ESTA SECÇÃO:

GAMA BARROS, História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV, ed. cit., I, 111 ss.

PAULO MERÊA, Direito Romano, Direito Comum e Boa Razão. em Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, XVI (1939-40) 539 ss.

BRAGA DA CRUZ, Lições de História do Direito Português, 332-338)

M.J.ALMEIDA COSTA, Romanismo e Bartolismo no Direito Português, em Bol.Fac.Dir., XXXVI (1960)

M.J.ALMEIDA COSTA, La Présence d'Accurse dans l'Histoire du Droit Portugais, em Bol.Fac. Dir., XLI (1966)

N.E.GOMES DA SILVA, História do Direito Português



## II

A codificação do direito1. Carta de D. Pedro a seu irmão D. Duarte (1426).

"...A justiça, senhor, que he outra uirtude, me parece que não reyna nos corações daqueles que tem carregos de julgarem a uossa terra, afora no do senhor rey e no uosso; e se mais são eu não são certo. E ajnda me parece senhor que esta justiça que asy he em uossos corações, não sae de la fora como deuja sayr, porque não somente uos deujeis querer que em toda uossa terra se gardase a todos dereitura, mas ajnda ordenardes como se fizesse. E esto seria ordenando que os que ouuesem de ter carregos da uossa justiça, fosem bos e temessem mais a deus que a vos e mais de perderem a uossa merçe que de todas as outras afeições nem proueitos mal gançados. E quando estes serujsem como deujam, regebesem conhecidos galardões; e os que fizessem o contrayro, e uos delo foseis certo, como agora sois e fostes dalguns outros, naom escaparem dalgũa pena. Ca bem sabereis senhor que uos sois posto no mundo, per autorjdade do apostolo, pera louuor dos bons e ujingança dos maos. E se desto bem usardes, não sey mais outra suficiente regra para melhoramento de todos os que ouuerdes de reger. Parece me, senhor, que a justiça tem duas partes: hũa he dar a cada hum o que he

seu; e a outra dar lho sem delonga. E aynda que eu cuydo que ambas em uossa terra jgoalmente faleçam, da derradeira são bem certo e esta faz tão grande dano em uosa terra que a muytos feitos aqueles que tarde vencem, ficam vencidos. E eu vejo em uosa corte muytos offiçaões de justiça e de todos eles sayr poucos desembargos; e parece me que se pododustes e da multidom dos cortesãos, de que uos diante escreucrey, bem fyrmarm o dicto de ysaias: Multiplicasti gentem, sed non magnificasti leticiam. Bem creio senhor que seis tyuesem uontade de desembargar e fosem diligentes em seu offiço que farião mais que çinquenta que tal uontade nom tem. E parece me, senhor, que pera abreuuyamento dos feytos aproueitara muyto seguyr se a maneira que o senhor rey ordenou sobre o bartolo contanto que o liuro seja bem ordenado e corrydo por dous bons doctores, afora aquele que o treladou. E yso mesmo de as leys e ordenações do reyno serem proujdas e atituladas cada hũa daquelo a que pertence. E se antre elas fosem açhadas algũas que ja fosem reuogadas, que as tyrem, pois que delas não haõ dusar; e as boas ordenações se gardasem nas cousas sobre que são feytas."

FONTE: A. MOREIRA DE SÁ, A "Carta de Bruges" do Infante D. Pedro, em Biblos XXVIII (1952) 33-54; o texto citado vem a págs. 49/50.

## 2. Ordenações Afonsinas (1446 ou 1447)

### 2.1. Prólogo

#### (A história da elaboração do código afonsino)

"No tempo que o Mui Alto, e Mui Eixcellente Princepy ElRey Dcm Joham da Gloriosa memoria pela graça de Deos regnou em estos Regnos, foi requerido algumas vezes, em Cortes pelos Fidalgos, e Povos dos ditos Regnos, que por boõ regimento delles mandasse proveer as Leyx, e Ordenaçõeõs feitas pelõs Reyx, que ante elle forom, e acharia, que pela multiplicaçom dellas se recreciaõ cõtinuadamente muitas duvidas, e contendas em tal guisa, que os Julgadores dos feitos eraõ postos em taõ grande trabalho, que gravemente, e com gram dificuldade os podiaõ directamente desembargar, e que as mandasse reformar em tal maneira, que cessassem as ditas duvidas, e contrariadades, e os Desembargadores da Justiça pudessem per ellas livremente fazer direito aas partes; o dito Senhor Rey movido a ello per seu requerimento, e zelo de justiça, consirando principalmente o Serviço de Deos, e dêõs i bem de seus Regnos, per avisamento, e acordo do seu Conselho, porque achou seu requerimento seer justo, cometteo a reformaçom, e compilaçom dellas a Johãne Meendes Cavalleiro, e Corregedor em a sua Corte, e nom forõ acabadas em seus diãs por alguũs empachos, que se seguirom.

I E DESPOIS de seu falecimento regnou o Mui Alto, e

Mui Virtuoso Princepy ElRey Dom Eduarte seu filho de semelhante memoria, o qual encomendou a dita Obra ao dito Corregedor, que continuasse em ella, assi como fazia em tempo d'ElRey seu Padre, sentindo-o por serviço de DEOS, e seu, e bem de seus Regnos; e porque se o dito Corregedor logo fi nou a poucos dias, nom as pôde acabar, e por tanto o dito Senhor Rey as encomendou ao Doutor Ruy Fernandes do seu Conselho, teendo gram desejo, que em seus dias fossem acabadas; e porque a DEOS prouve regnar pouco, o mui Eixcellente, e Poderoso Princepy ElRey Dom Affonsu seu filho seendo ao tempo, que começou de régnar, moço de idade de sete annos, o Reigno todo juntamente em Cortes Geraes enlegeo, e confirmou por seu Tetor, e Curador, Regedor, e Defensor por elle em seus Regnos o Famoso, e Virtuoso Princepy Infante Dom Pedro Duque de Coimbra, e Senhor de Montemoor seu muito amado, e prezado Tio, o qual logo em começo de seu Regimento mandou ao dito Doutor, que proseguisse a dita obra quanto bem podesse, e nom alçasse della maaõ por nenhuõ caso, ataa que com a graça de DEOS a posesse em boa perfeiçom, e o dito Doutor per seu mandado acceptou a dita obra, e a compilou em esta forma, que se segue; e despois que polo dito Doutor foi compilada, ordenou o dito Senhor Regente, que as ditas Hordenações, e Compilaçom fossem revistas, e examinadas per elle dito Doutor, e per o Doutor Lopo Vaas-

ques Corregedor da Cidade de Lisboa, e per Luiz Martins, e Fernão Rodrigues do Desembargo do dito Senhor Rey, as quaes per elles foram vistas, e examinadas, e em algumas partes reformadas pelo modo, que se segue."

(Justiça, direito e império)

"2 Todo o poderio, e conservação da Republica procede principalmente da raiz, e virtude de duas cousas, a saber, Armas, e Leyx; e per vigor dellas ambas juntamente o Imperio Romaano foi nos tempos passados antre todas as Nações triunfante, e será com a graça de DEOS ao diante sempre anteposto; e pero que estas cousas ambas juntamente sejam em si muito virtuosas, e de grande valor, sendo porem ambas apartadas hũa da outra, nom podem autoalmente durar per longo tempo, pola grande, e casi individua afeição, que antre ellas he; a qual per necessidade de grande indigência he tão conjunta antre ellas, que necessariamente faz huma conseguir a outra, e esto se vee claramente per evidente experiencia; ca o estado Millitar per bem da justiça he collocado em bom asseseço, e a justiça per defendimento das Armas he conservada em seu verdadeiro seer, e trazida a fim de boa eixecução: e por tanto consirando os Emperadores o grande louvor, que o Estado Real consegue per bem da justiça, disserom nas suas Imperiaaes compilações, que



















































































































































































































































































































































































































































































































































































